

## Problemas de ética e bioética\* (*Problems of ethics and bioethics*)

Olinto A. Pegoraro\*\*

Despertou muito interesse o julgamento do STF sobre a constitucionalidade da lei que permite o uso de células-tronco embrionárias em pesquisas em seres humanos. Três eram as questões básicas: que é a vida? Quando começou em nosso planeta? Quando começa no embrião humano? Até hoje, nenhuma delas teve resposta definitiva. E nisso não há surpresa, pois a realidade da vida é misteriosa e de infinitas dimensões. No livro de Metafísica, Aristóteles afirma que “a vida é o ato essencial de Deus”; em todas as suas páginas, a Bíblia proclama que “Deus é a vida eterna”; e na aurora da filosofia, dizia Heráclito, “a verdadeira essência das coisas ama ocultar-se”.

Tudo o que as ciências fazem é tentar desocultar esse mistério. A biologia, a filosofia, o direito, a teologia e a ética estudam a vida sabendo, de antemão, que nenhuma detém o saber exaustivo dela; todas dizem apenas alguma coisa a partir de um ponto de vista. Lamentável seria se um desses saberes se arrogasse o conhecimento exaustivo da vida e, pior ainda, tentasse impô-lo como a verdade. Feita essa observação geral, vejamos como podemos entrar nos vários modos de debater a vida humana.

O texto-base da Campanha da Fraternidade (CNBB) deste ano analisa em detalhes esses conceitos quando discute “o discernimento sobre a pessoa humana’ (p. 80). Sustenta que a pessoa “é a totalidade corporal, psíquica e espiritual e, ao mesmo tempo, única e indivisível”. Esse núcleo central, uno e único, abre-se ao mundo circundante das coisas, das pessoas e desse patamar pode elevar-se à transcendência. Tudo isso significa que a pessoa é essencialmente abertura aos outros, ao mundo e a Deus. Ela é *transcendens*, dotada de liberdade, ou melhor, é liberdade que escolhe seu caminho, seu estilo de vida,

---

\* Palestra proferida na PUC Minas no 24º Ciclo de Palestras e Debates do Núcleo de Estudos em Teologia (NET) em maio de 2008.

\*\* Doutor em Filosofia, professor da UERJ, e-mail: olintopegoraro@gmail.com

seu rumo. É o único ser da natureza que decide construir-se ou destruir-se. Então ser livre é um desafio à responsabilidade do existir consciente. Por isso, todos os filósofos da existência sustentam que a liberdade é uma “aventura perigosa”, na bela e forte expressão de Sartre.

Essa é a visão integral do homem que a CNBB defende, embasada na sua bimilenar tradição. Permito-me aqui situar esse entendimento do ser humano no contexto da história do pensamento.

### **Raízes do modelo ético global**

Essas páginas do texto da CNBB colocam em linguagem de hoje o modelo ético antigo que se firmou no encontro das fontes bíblicas com as correntes da filosofia gregas, formando inesgotável caudal cultural da humanidade ocidental.

Para Platão, a justiça se manifesta de dois modos: primeiro é uma qualidade humana, uma virtude, a principal virtude. Um homem é justo quando pratica ações justas, dando igual valor aos outros, respeitando suas coisas e pertences, e sobretudo repartindo equitativamente os bens públicos. Numa palavra, a ética consiste na vida social justa. Justiça funda a pólis e é a virtude da cidadania.

A segunda dimensão da justiça é ainda mais profunda. É uma divindade que dá fundamento à realidade cósmica. Para Platão, a justiça, divina e suprema, funda a ordem cósmica; ou seja, escala as realidades sublunares em ordem: primeiro o homem, portador do logos; segundo, o animal, capaz de sentir dor e prazer; em terceiro lugar os vegetais, que são vivos; por último o mineral, que apenas existe. Essa é a ordem que a justiça funda; ordem que funda também a ética: primeiro o homem é digno de respeito e depois os demais seres, cada um em seu nível de ordem, essência e existência. Numa palavra, a justiça construiu o mundo em “ordem, medida e peso”.

Esse é o modelo cósmico que inspirou os primeiros grandes mestres do cristianismo, quase todos vindos do platonismo, sendo o expoente ímpar e maior Santo Agostinho. Esses mestres cristãos batizaram o modelo ético grego, colocando-o em termos do mundo criado relacionado a seu criador. Agora, no regime da fé cristã, a justiça divina é “a vontade divina que manda respeitar a ordem e proíbe transgredi-la”. Essa é a lei eterna, ou seja, Deus, na profunda meditação de Santo Agostinho. Também para ele, Deus criou o mundo segundo a lei, com “peso, medida e ordem”.

Para Agostinho, a lei eterna manifesta-se nas criaturas sob a forma de lei natural. As leis da física, da biologia e da química regem o mundo das coisas;

a lei moral rege a vida dos seres humanos. A lei moral anuncia-se como “um princípio inscrito por Deus no coração do homem”, que “manda fazer o bem e evitar o mal”. Santo Agostinho diz que esse princípio é uma voz, a voz da consciência. Essa é um santuário, onde cada um de nós entra absolutamente sozinho: ali ressoa a voz da lei eterna de Deus, convocando o homem a fazer o bem. Note-se a semelhança do enunciado da lei eterna e a lei moral no homem.

Essa é a origem da ética, segundo os primeiros pensadores cristãos. O saudoso P. Henrique Lima Vaz resume esse quadro dizendo que a ética ocidental opera segundo um paradigma ternário, “um princípio ordenador; um modelo de ordem; e os seres humanos inseridos no modelo, que o cumprem ou violam. Só o homem é capaz de entender o modelo ético, acolhendo-o e ser feliz ou desprezá-lo e destruir-se”.

Os animais, vegetais e minerais permanecem passivamente na ordem cósmica; nunca a transgridem; o homem age, planeja, pode construir uma história positiva ou catastrófica.

O paradigma da ética ternária durou quase dois milênios. De dentro dessa estrutura metafísico-teológica os cristãos olham para fora, para o mundo, para a sociedade política e para os avanços da ciência e formam um juízo moral sobre essas realidades; aprovam e aplaudem os progressos da ciência física, da biologia, da ciência atômica; ao mesmo tempo, desconfiam de outros progressos que dizem respeito ao ser humano, como a fecundação assistida; finalmente, reprovam severamente avanços que “rompem com a ética da ordem natural das coisas criada por Deus”; caem sob essa reprovação o uso de células-tronco embrionárias, anticoncepcionais, eutanásia e toda forma de aborto e anencefalia. Essas intervenções são incompatíveis com a ética ternária.

Esse modelo global e profundamente metafísico pode ser tomado por muitos cristãos como definitivo e irretocável; posição excessivamente cômoda e acomodada, que os leva a ignorar que a ética contemporânea, criada sobre os resultados da pesquisa científica, mudou profundamente o modo de entender o universo, a história e as pessoas.

### **Modelos bioéticos parciais**

Vamos comparar, por contraste, o modelo global acima exposto com alguns modelos de bioética parcial de nossos dias, construídos a partir de um ponto de vista e não de uma metafísica geral.

1. Uma maneira de se discutir bioética é tomar como ponto de partida a qualidade e a sacralidade da vida. Esses são, aparentemente, dois pontos de partida para se fazer bioética. Dois pontos que parecem opostos. Senão vejamos. A bioética que busca a qualidade de vida acentua aspectos éticos fundamentais à vida humana, como a habitação, alimentação, educação, trabalho e cuidados de saúde. São todos elementos que formam a vida em qualidade e dignidade. Todo ser humano é digno desses elementos básicos; especialmente a saúde, no sentido da conservação de uma vida sadia e adequadamente socorrida na doença, de tal modo que se possa gozar de uma vida longa, saudável e útil à comunidade. Desses valores se ocupa a bioética da qualidade de vida: é uma ética essencialmente humana, histórica e mutável conforme a evolução da consciência ética, da ciência e da convivência social. É uma ética contingente para um mundo em mutação.

Por seu turno, a bioética da santidade da vida tem seu ponto de partida em valores espirituais e religiosos: a consideração da condição do homem como criatura de Deus é primeira e fundamenta todas as outras; sua conduta inspira-se em preceitos revelados nos livros sagrados; os cuidados da qualidade da vida histórica são fortalecidos por esses princípios transcendentais; os princípios humanos não são secundários, mas reforçados pela dimensão espiritual; na visão religiosa, a dimensão biológica do homem liga-se à sua realidade espiritual e destinação eterna. Os cuidados com a saúde passam por esses critérios. Daí um testemunho de Jeová está convicto de que é preferível morrer do que receber uma transfusão de sangue, visto que os valores religiosos têm precedência absoluta sobre todos os outros, até sobre a vida. É também essa uma ética histórica, que lança raízes na transcendência.

Notemos que esses dois modos de cuidar da vida não são necessariamente opostos ou conflitantes; pelo contrário, um é aprofundamento do outro; um continua o outro: posso entender a vida humana só na sua imanência e historicidade e conferir-lhe todos os valores éticos; outra não foi a ética de Aristóteles, Platão e dos Estoicos, todos anteriores ao cristianismo. Porém posso entender a ética na sua historicidade (como os gregos), visando também a transhistória. Aqui há apenas um aprofundamento do sentido da vida e não a declaração de um antagonismo, como insistem alguns bioeticistas.

O vício da interpretação consiste em desfazer um modelo a partir do outro: assim, a visão imanente pode tentar provar a impossibilidade do transcendente; ou vice-versa, minimizar os valores históricos em nome de valores

absolutos e eternos. Esses conflitos não surgem da realidade das coisas, mas da inconsistência dos modelos interpretativos ou das convicções limitadas dos intérpretes.

2. Um segundo exemplo de bioética parcial está no principlismo, um dos mais influentes. Consiste na aplicação sobre situações concretas de quatro princípios: beneficência, não-maleficência, autonomia do paciente e justiça na aplicação de recursos públicos na saúde da população. A inspiração desse modelo é o utilitarismo, que calcula riscos e benefícios. Em geral, uma intervenção num paciente será considerada ética se os benefícios previstos forem maiores que os riscos a serem enfrentados. É uma ética de cálculo do mais e do menos. É claro que esse modelo se aplica aos casos concretos do dia-a-dia sem nenhuma pretensão a uma abrangência maior.

### **Universalização da ética**

A bioética não é um modelo global (metafísico), mas é a universalização da ética. De fato, podemos formar o conceito de universalização a partir da análise etimológica: *bios* e *ethos*; então, a bioética consiste em cuidar da vida nas suas três manifestações. A ética de todos os tempos, antigo, medieval e moderno, cuidou só da vida na forma humana. Só o ser capaz de logos (pensamento) é o sujeito da ética. Todos os outros seres são instrumentos e utilidades a serviço do homem.

Nas últimas quatro ou cinco décadas os homens se deram conta da importância das outras formas de vida: animal e vegetal. Esses seres vivos são nossos companheiros de navegação pelo espaço cósmico, nessa casquinha que é nosso planeta. Por isso, a ética faz, hoje, grandes esforços para proteger e preservar o mundo animal e vegetal, incluindo-os no domínio do respeito moral. Mas a bioética é ainda mais ampla: abrange também o meio em que vivem as formas de vida: o ar, a água, a terra e o clima são também capítulos da bioética, pois sem esses elementos a vida perece ou perde muito de sua qualidade.

Então a bioética produziu a verdadeira universalização da ética, tornou-a cósmica. Inaugura-se a ética da solidariedade antropocósmica; por outro lado, revela-se que a “universalização” da ética grega, medieval e kantiana abrangia, de fato, apenas os seres humanos.

Como cuidado da vida, a bioética chama especial atenção à manipulação da vida, à modificação genética sem chance de prevermos as consequências futuras. Os cientistas estão produzindo vegetais transgênicos, modificam

a estrutura genética de muitos animais e, mais recentemente, começam a invadir também a vida humana. O mapa genético permite a manipulação de nossos genes, mudando a cor da pele, tamanho do corpo, cor dos olhos etc. Poderíamos cair no exercício da “eugenia do ser humano”? Essa interrogação é uma advertência que a bioética não cessa de apontar. Podemos manipular a vida humana nos seus inícios, na fase adulta e no fim dos dias. Nossa vida mais que nunca tornou-se uma interrogação: quem somos nós? Uma soma de “genes”? Só isso? É claro que queremos ser mais. É desse mais que tratam a ética, o direito, a filosofia, a política e as religiões. Esse “mais” encerra a pergunta pelo sentido da existência humana no contexto da história e do universo. Que valem nós em face de um cosmos tão vasto e variado? Para onde vamos? São essas perguntas antigas que, na aurora do saber, eram formuladas por filósofos; hoje elas nascem nos laboratórios de pesquisa científica e desafiam a bioética a encontrar interpretações éticas positivas, adequadas às pessoas e à sociedade. Adiante diremos que o equilíbrio entre ciência e ética é o momento sapiencial de ambas.

### **Conflitos dos modelos éticos**

Como vimos, durante muitos séculos prevaleceu o modelo ético ternário, metafísico-teológico. Não havia outros paradigmas éticos. Com o advento da modernidade a ética tornou-se independente da tutela teológica, voltou à autonomia que tinha no mundo grego. Para a modernidade a ética se funda na liberdade, encontrando em Kant seu mais ilustre defensor. A autolimitação da liberdade é uma decisão que não depende da religião nem da natureza. Ademais, na contemporaneidade, os vários paradigmas éticos caracterizam-se pela acentuada insistência sobre o valor do existir cotidiano e temporal; discutem eticamente a dinâmica do fluir da vida em suas circunstâncias e mundo circundante: afastam-se do modelo metafísico, dos princípios permanentes. Há o conflito (difícil de dirimir nas questões dos limites da vida) entre modelos de abrangência total e de abrangência parcial. Por exemplo, a bioética principialista e a bioética da qualidade de vida são modelos do tipo parcial e, por outro lado, a CNBB obviamente defende um modelo de abrangência ética total.

Não se trata de discutir aqui qual seja o modelo certo e o errado. Todos trabalham coerentemente do seu ponto de vista. O decisivamente importante é o diálogo dos sistemas. Nenhum deles, nem o global nem o parcial, engloba

a verdade ética final. Uma evidente limitação dos modelos globais e metafísicos é a de não dar suficiente peso às circunstâncias reais, vividas pelos indivíduos, na formulação do juízo ético por temor de cair no relativismo moral. Em sentido oposto, as éticas parciais, extraídas dos fatos e circunstâncias individualizados, muitas vezes dispensam uma reflexão ética mais vasta por medo de cair no dogmatismo metafísico de princípios absolutos.

São temores que enfraquecem os dois lados. O modelo global não pode prescindir das circunstâncias reais da vida para formular o juízo ético. Sem as circunstâncias, o modelo ético global é um dogmatismo aplicado de cima para baixo, inapelavelmente. Isso não é ética, é doutrina estereotipada. Por seu lado, os modelos éticos parciais ficam muito fluidos e manipuláveis ao sabor dos interesses econômicos e da pesquisa lucrativa quando excluem a referência a postulados inegociáveis como a dignidade de todas as formas de vida, cada uma em seu nível e em seu ambiente.

### **Ciência, ética e religião: limites**

A ciência trabalha com realidades físicas e biológicas, visando descobrir as leis de seu funcionamento e a explicação da radical composição das coisas; a ciência faz luz sobre a obscuridade, recua sempre mais o enigma que envolve toda a natureza. Por exemplo, que é a vida? Que é a vida humana? Hoje a ciência “quase sabe”; conhece com bastante precisão as etapas do desenvolvimento do embrião humano; sabe que, desde o primeiro instante da vida, o código genético está todo ali.

Por seu lado, as religiões sempre entenderam a vida como um mistério (*res abscondita*) reservado a Deus. Essa convicção dá fundamento ao adágio sapiencial: “Deus dá vida e a ele cabe tirá-la”. Hoje essa sentença já não é tão evidente. Já não é prerrogativa exclusivamente divina, pois o homem sabe “quase tudo” da vida e “quase sabe” construí-la nos laboratórios. É por isso que a sentença teológica precisa ser “lida de novo” à luz dos avanços da ciência. Aqui a ciência ajuda a entender o adágio sapiencial. A ciência, através do código genético, conhece com certeza muitas etapas da trajetória de vida relativa à saúde e doenças. Então onde fica Deus? Está ausente? Não. Deus está onde sempre esteve: no princípio, no arcano tempo originário, quando “criou o céu e a terra”. Isto é, a ciência sabe das coisas que existem, suas leis e funcionamento. Não sabe porém se elas entraram no mundo graças à Palavra divina que as convocou à existência: essa é uma questão de fé. Em síntese, a ciência

ajuda a formular as proposições teológicas de hoje. Mas muitas vezes os crentes se limitam a repetir o bordão sapiencial sem entendê-lo à luz do que hoje sabemos cientificamente. Penetremos um pouco mais.

Tudo isso coloca problemas da relação entre ciência, ética e religião: que podemos dizer do início do universo? Que dizem a ciência, a filosofia e a religião? Nada, a não ser uma “imaginação” ou uma hipótese. Os mitos antigos “narram”, contam uma “história” de como os deuses construíram o mundo. Belíssimo é o trabalho do Demiurgo de Platão no *Timeu*: olhando para o supremo Bem e a Justiça, ele construiu, com a matéria caótica, todos os seres, dando-lhes forma e ordem. O livro do Gênesis, em sua primeira página, narra lindamente como “no princípio Deus criou o céu e a terra”. Por seu turno, a ciência construiu um importante modelo a partir da ideia do “Big bang”, que vai se organizando nesse cosmos que vemos. A metafísica, na versão aristotélica, defende que tudo começou no encontro da “matéria e da forma”, dois princípios da realidade; não são duas realidades, mas dois princípios segundo os quais tudo se compõe da matéria e forma e a realidade suprema é só Forma Pura, “pensamento de pensamento”, na belíssima expressão de Aristóteles.

Qual desses saberes é verdadeiro? Nenhum e todos. Nenhum diz como de fato o universo aconteceu. Todos “imaginam” como as coisas aconteceram. Portanto, todos têm a mesma autoridade: falam de um “tempo primordial” inacessível a qualquer saber. Mas o esforço humano tenta alcançar, ainda que pela imaginação, o início absoluto. Por isso, todos esses saberes são verdadeiros, porquanto falam do início do universo que está aí; justificam sua “afirmação misteriosa e arcana” pelo efeito que está sob nosso olhar.

Por isso, o saber mítico, metafísico, teológico e científico se equivalem na “explicação” do “início de todas as coisas”. Isso significa que o homem tem acesso aos acontecimentos do tempo da história, mas não aos do tempo originário e aos do tempo teleológico. Enfim, o tempo originário e o teleológico pertencem “aos deuses”, às misteriosas realidades inaugurais e finais e aos saberes humanos, quaisquer que sejam, pertence conhecer “aos pedaços” as realidades naturais e históricas.

### **Transição dos paradigmas**

A ciência está sempre se refazendo, nunca satisfeita com os resultados alcançados até aqui. As ciências de interpretação (filosofia e ética) estão na

mesma corrida: surgem novas maneiras de se entender o sentido do universo, da história e da vida de cada habitante do planeta.

Daí a pergunta angustiante: para onde vai o saber humano? Para onde nos levará? Não sabemos de antemão, mas é certo que nossos paradigmas atuais da leitura do mundo são insuficientes. Como nos milênios passados o caudal da filosofia grega juntou-se à torrente bíblica, parece possível que a ciência contemporânea, um dia, conflua e se componha com uma interpretação filosófica e religiosa, também renovadas. Santo Agostinho, no século IV da era cristã, compôs a fé bíblica com a metafísica platônica, que durou 1.300 anos. A partir do fim do século XIII, o sistema aristotélico ajudou Tomás de Aquino, e tantos outros, a interpretar as coisas da fé, o sentido do mundo e do ser humano à luz das categorias aristotélicas.

Por seu lado, a ciência, sobretudo a partir do século XVII, rompeu com o modelo metafísico antigo; cada ciência tornou-se autônoma, autolegislativa, e criou áreas de saber da realidade física, biológica e humana. É claro que o saber parcial científico recebe críticas do saber global, sobretudo em questões da ética humana. A superação desse conflito está longe de acontecer. Será necessária uma “nova síntese” dos saberes, como aconteceu nos milênios passados. Agora precisaremos de uma síntese entre a explicação científica e a interpretação ético-filosófica. A fenomenologia e a ética existencial estão abertas a essa virada, mas não tanto as teologias. A base da convergência é que nenhum modelo captura “a verdade”, pois “no tempo histórico” não existe saber definitivo, mas progressivo, lento, difícil e sempre parcial.

### **Controle da ciência?**

A investigação científica deu um grande passo quando se aliou à técnica, criando enorme poder operacional. Por exemplo, a biotecnologia aplica-se aos seres humanos desde a concepção até a morte: pode-se operar um feto e, na outra ponta, prolongar indefinidamente a vida na UTI; podemos produzir a “quimera” ou um ser vivo híbrido, parte humano parte animal.

Isso levanta o seguinte problema ético: pode-se investigar tudo o que se quer? Terá a pesquisa científica um limite ético? Podemos fazer tudo o que a tecnociência nos permite fazer? Essa pode, por exemplo, desenvolver um medicamento, operar o cérebro e substituir o coração por outro; mas pode também construir bombas, chuvas ácidas e drogas letais. Tudo isso pode fazer a tecnociência. Qual seria o juízo ético sobre esse poderoso instrumento

que a inteligência pôs em nossas mãos pronto para operar? Muitos acreditam que a ciência não tem limites éticos, trazidos de fora por uma autoridade filosófica, política ou religiosa. “A ciência não tem limites” costuma-se dizer. Pelo contrário, outros entendem que não se deve pesquisar sobre realidades que trazem malefícios ao ser humano. Só seria lícita a pesquisa de beneficências.

Os cientistas, em geral, concordam que a ética é interna ao processo de investigação. O investigador procede honestamente e não inventa resultados fantasiosos para ganhar dinheiro ou prestígio; ademais, ele divulga os seus resultados positivos ou negativos, submetendo-os à crítica da comunidade científica. Essa seria a ética intrínseca ao processo de pesquisa. Certamente é um bom começo. Mas o juízo ético é mais abrangente.

No juízo ético, podemos distinguir três momentos: a investigação laboratorial, a produção do resultado esperado e, em terceiro lugar, o juízo ético. Esses três momentos fazem parte de um só processo. A investigação é absolutamente livre, como os filósofos sempre foram livres na sua pesquisa do sentido global do universo, construindo as mais diferentes teorias. Esse passo é comum ao cientista e ao filósofo e a todos os seres humanos, pois “todos desejamos saber”. O segundo passo é o resultado da investigação: uma quimera, um medicamento benéfico à vida ou uma bomba destruidora. Esses três resultados são apenas objetos artificialmente construídos pelo engenho humano. São moralmente “neutros” ou de “valor indiferente”. O momento ético na produção científica está na decisão do homem de usar ou não usar um produto tecnocientífico. Fica claro que nem tudo o que podemos construir cientificamente é lícito usar.

O uso dos objetos cientificamente produzidos não é decidido apenas por um pesquisador, ou um laboratório, mas pela sociedade, pela comunidade humana através de suas representações políticas. Assim, o uso de células-tronco embrionárias na pesquisa científica cabe aos legisladores e ao poder jurídico da sociedade.

Em conclusão, o terceiro momento, o juízo moral, é o horizonte onde se encontram, sem conflitos, a ciência, a ética e a filosofia. Cada um desses saberes foi respeitado em sua autonomia. Aqui a ciência eleva-se ao nível sapiencial onde o pesquisador e o filósofo se reconhecem como servidores do bem-estar, da saúde e do desenvolvimento de uma sociedade e da humanidade. Esse é o melhor destino da biomedicina, da física e de toda forma de saber e operar.

## Bioética e pessoa

O conceito de pessoa é o tema mais importante da bioética; a bioética ajuda a renovação ética, que não será possível sem a renovação do conceito de pessoa. Sem esse passo, ficar-se-ia na ética do “pode e não pode” a respeito de quase todos os avanços da genética humana; ou, noutra hipótese, repetir-se-ia o argumento de autoridade religiosa.

Melhor que tudo isso é repensar a ética e com ela o conceito de pessoa a partir da tradição filosófica à luz dos novos avanços da ciência, da ética e da cultura.

Da definição de pessoa decorre diretamente uma segunda questão: em que momento a existência humana é definida como pessoa? No momento da concepção? Na implantação do zigoto no útero? No momento do nascimento com vida? Essas questões fundamentais interessam diretamente à filosofia, à ética, ao direito, à teologia e à política que estabelece leis, por exemplo, sobre o aborto e o uso de células-tronco para pesquisa científica.

Essas questões filosóficas e éticas serão equacionadas com mais clareza e fundamentação quando a ciência biológica puder definir o começo da vida humana. As perguntas feitas à ciência são: que é a vida? E quando começa a vida? Sabemos que nessa área há grandes divergências.

Por isso o conceito ético-filosófico da pessoa está intimamente ligado à ciência biológica do início da vida humana. Mas nem a filosofia nem a biologia têm, no nível das informações hoje disponíveis, plena clareza sobre a complexidade do ser humano. As definições de pessoa aqui apresentadas ajudam a aprofundar esses problemas.

O valor e a dignidade do ser humano receberam enfoques diferentes conforme o ângulo de observação adotado pelos filósofos ao longo do tempo; seis são os principais: cosmológico, metafísico, teológico, moral, existencial e político. Daremos a seguir uma breve descrição de cada um.

1. Definição cosmológica do ser humano. Os gregos não elaboraram propriamente um conceito de pessoa, mas definiram o valor e a dignidade humana pela sua capacidade de pensar e de fazer política: um animal racional e um animal político, produzido pela *physis* mediante a atuação de quatro causas – material, formal, eficiente e final. Portanto, o ser humano é produto da natureza como todos os outros seres; a diferença, porém, está na racionalidade, no logos. Essa é a diferença que o

torna especificamente distinto de todos os outros seres provindos, como ele, de *ōusis*.

2. Definição metafísica da pessoa. Essas reflexões cosmológicas ajudaram na formulação do primeiro conceito metafísico do homem, no século VI, definição que continua até nossos dias: “Pessoa é um indivíduo que subsiste na natureza racional” (*individuum subsistens in natura rationali*). Explicitando todos os termos da definição: indivíduo quer dizer uma singularidade, una e única, sempre idêntica a si, indivisa e distinta das outras realidades.

Somos também um indivíduo subsistente. Isso significa que o eu singular tem existência própria e não depende de outros seres para existir, como a cor que só existe no objeto, num pano amarelo.

O terceiro termo diz que o ser humano existe na natureza integrado com todas as outras realidades vivas ou inanimadas: como todos, somos um produto da *physis*, como ensinavam os gregos. Até aqui, a definição que estamos examinando não diferencia em nada um ser humano de qualquer outra realidade natural; somos seres naturais tanto quanto a pedra, a planta ou um animal.

A grande diferença acontece no quarto e último termo da definição: a racionalidade. O homem é, sim, uma natureza, mas é uma natureza capaz de logos, de pensar. Então a racionalidade diferencia o ser humano de todos os outros seres naturais: somos o único ser pensante. Tomás de Aquino comenta: “Chamamos substâncias todos os seres da natureza, mas à substância capaz de pensar chamamos pessoa”. O conceito de pessoa, portanto, engloba em seu significado a unicidade, a singularidade, a especificidade e a dignidade do ser humano. O conceito de unicidade humana contínua (do começo ao fim da vida) é um divisor de águas na bioética.

3. Definição teológica de pessoa. Até aqui, a definição de pessoa é puramente filosófica, metafísica, perfeitamente aceitável por qualquer filósofo, antigo, moderno ou contemporâneo. Mas os pensadores cristãos da Idade Média, por volta do século XI, foram além da definição metafísica. Entenderam que a racionalidade, sendo espiritual, só pode proceder de uma realidade espiritual, a alma. Mas, sendo a alma espírito, não pode proceder da *physis*, não pode ser gerada pelas energias biológicas dos pais; então só pode ser criada diretamente por Deus, no momento da

concepção. Portanto, na definição teológica, a pessoa é o indivíduo subsistente na natureza racional criada por Deus. Ademais, na concepção humana temos dois atores: os pais (que conferem vida biológica) e Deus, que infunde a alma espiritual.

Essas teorias, cosmológica, metafísica e teológica, que atravessaram os séculos sem alterações importantes, são ainda hoje a base do valor e da dignidade que atribuímos ao ser humano. É justamente nessas teorias que, por exemplo, as igrejas cristãs se apoiam para avaliar como eticamente inaceitáveis o aborto, a pesquisa com células-tronco etc.

4. Definição moral de pessoa. Kant, no século XVII, propôs uma bela definição de pessoa, em termos estritamente éticos, com base na autonomia do ser humano. Os termos da definição são muito conhecidos: “Age de tal modo que consideres a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de todos os outros, sempre como fim e não como simples meio”. Esse é o supremo princípio da moralidade, que estabelece o valor absoluto do homem: todas as coisas da natureza são utilidades, só o homem tem dignidade. A indignidade máxima que possamos cometer é reduzir a pessoa a uma coisa, objeto de uso, um meio de prazer, um instrumento de pesquisa.
5. Definição existencial de pessoa. No início do século XX, a fenomenologia e as filosofias da existência definiram a pessoa como “uma existência progressiva” ou, mais amplamente, uma existência temporal, relacional, potencial e progressiva. Explicitemos esses termos. Somos uma existência, um existir-no-mundo com os outros, segundo as circunstâncias de tempo, lugar e cultura. Tudo isso significa que esses elementos são todos importantes na definição de nossa pessoa. Isso nos distancia enormemente da definição metafísica, segundo a qual a pessoa é uma essência dada no momento da concepção (natureza racional), como vimos.

Em segundo lugar, somos uma existência temporal. Queremos com isso dizer que o ser humano é um processo de acontecer, um vir-a-ser que “se distende para o passado (memória), para o futuro (expectativa), na situação presente (presente), segundo a famosa definição de Santo Agostinho retomada pela filosofia contemporânea da existência. Somos, portanto, “uma distensão da alma (*distentio animi*) ou pura abertura ao outro, ao mundo, à história e, segundo a religião, à transcendência.

Em terceiro lugar, somos uma existência relacional. Somos uma existência tecida por relações. A mais profunda delas é a relação biológica da mãe com o feto: é o início do nosso processo de acontecer. As relações alargam-se na família, na escola, na sociedade política. Todas essas relações constroem nossa personalidade equilibrada, se elas forem de boa qualidade, e existência problemática, se as relações forem traumáticas.

Em quarto lugar, somos uma existência potencial. Nossas potencialidades são o conjunto das relações apontadas até aqui. Nossas potencialidades são internas à nossa existência; por exemplo, temos potencialidades de aprender uma língua, ou uma ciência; potencialidades afetivas: amar, odiar, desejar ou desdenhar. Isto é, nascemos carregados de potencialidades, que desenvolvemos ou não ao longo da vida.

Finalmente, somos uma existência progressiva. Aqui reúnem-se todas as potencialidades e virtualidades acima citadas. Por isso somos uma existência em expansão, um projeto aberto ao futuro existencial, na bela formulação de Sartre. Noutras palavras, nunca acabamos de acontecer: somos um acontecimento em continuidade vital até a morte: crescemos continuamente em valor e qualidade de vida. Somos a conquista de nós mesmos pelo exercício da liberdade.

Essa definição de pessoa é importantíssima em bioética, que dá enorme peso às circunstâncias da vida na formulação do juízo ético. É um juízo sobre o contexto histórico da pessoa e não apenas a partir de postulados éticos abstratos, gerais e distantes da real maneira de acontecer de nossas vidas.

6. Definição da pessoa como sujeito de direitos. A pessoa recebeu uma importante definição política baseada na liberdade, feita pela ONU em 1948. O primeiro artigo da Declaração dos Direitos Humanos diz: “Os homens nascem livres e iguais em dignidade; sendo dotados de inteligência, devem tratar uns aos outros com fraternidade”.

Esse estatuto reafirma o princípio moral kantiano acima apresentado e o lema da Revolução Francesa. A liberdade, a igualdade e a fraternidade são os primeiros direitos de todos os seres humanos e das comunidades políticas mundiais.

## Conclusão

Todas essas definições de pessoa destacam o valor – acima de qualquer outro – metafísico, teológico, moral, existencial e político do ser humano; a racionalidade dos gregos, a santidade na teologia medieval, a autonomia na Idade Moderna, a existência progressiva e a liberdade política nos dias de hoje são predicados absolutamente equivalentes e que se sintetizam num só: a dignidade da existência humana.

As teorias bioéticas trabalham com uma ou outra dessas definições. A bioética dita “secular” firmou-se no valor moral da pessoa; a bioética “confessional”, no valor metafísico e teológico; a “bioética principialista”, na autonomia; a definição política na liberdade; e a “bioética existencial”, na autoconstrução progressiva da personalidade. Mas, embora tenham grande qualidade ética, nem todas têm a mesma facilidade de interpretar eticamente os avanços da genética e da biotecnologia.